

Pregão/Concorrência Eletrônica

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

Ilustríssimo Senhor Presidente da Comissão de Licitação
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 020/2022

A V & M NEGOCIOS EIRELI - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 27.836.512/0001-49, com sede na Rua R Germiniano Maia, 803-A, Bairro Salgado Filho, na cidade de Aracaju - Sergipe por seu representante legal infra assinado, tempestivamente, vem, com fulcro na alínea " a ", do inciso I, do art. 109, da Lei nº 8666 / 93, à presença de Vossa Excelência, a fim de interpor

RECURSO ADMINISTRATIVO,

Contra a decisão dessa digna Comissão de Licitação que julgou inabilitada a V & M NEGOCIOS EIRELI - ME, apresentando no articulado as razões de sua irresignação.

I – DAS RAZÕES DO RECURSO

A empresa V & M NEGOCIOS EIRELI – ME foi convocada no dia 22/09/2022 as 13:42 para apresentar proposta de preços atualizada para o item 06 do pregão eletrônico 20/2022, a solicitação foi precedida pela manifestação do Sr. (a) Pregoeiro no chat do Comprasnet, conforme instruções abaixo:

"Pregoeiro 22/09/2022 13:32:49 Conforme cláusula do Edital 7.26.2. Convocaremos aos licitantes melhores classificados, ou seja, o primeiro colocado de cada item, a apresentar a proposta adequada ao último lance ofertado. Pregoeiro 22/09/2022 13:35:41 Com base no art. 38 do Decreto Federal nº 10.024/2019, solicito aos senhores(as) a rever os valores ofertados até o momento e apresentarem uma melhor proposta de preço em cada item, ou seja, uma redução do valor.

Pregoeiro 22/09/2022 13:37:42 O sr(a). deve nos enviar a sua proposta, conforme o Anexo III do edital da licitação (veiculado em arquivo editável, juntamente com o edital), ajustada aos valores do lance ou se possível, no novo valor reduzido.

Pregoeiro 22/09/2022 13:41:04 Solicitamos que nos envie a documentação em arquivo ÚNICO, ZIPADO. O NÃO ENVIO, no prazo, ou o envio de documento incompleto, poderá acarretar a não aceitação da proposta. O prazo, para envio, será até às 16:00 horas de HOJE, dia 22/09/2022."

Imediatamente a nossa proposta foi atualizada, ajustada ao modelo do anexo III e enviada pelo sistema Comprasnet. A proposta foi redigida de forma completa, com as especificações, Fabricante, Modelo/ Part Number do item e todas as informações exigidas no anexo III, conforme solicitado. Não obtivemos nenhuma outra solicitação após esse momento, nenhuma diligência solicitando novos arquivos para elucidar eventuais dúvidas quanto compatibilidade do item em questão foi feita, entretanto nossa proposta foi desclassificada, ao nosso entendimento por mero excesso de formalidade, com o motivo alegado do "não atendimento ao requisito exigido no item 12.6 do ANEXO I" que se trata do envio de catálogos / prospectos dos produtos ofertados. Entretanto, esse seria um item facilmente sanável pois se solicitados, anexaríamos o catálogo com mais especificações do item no mesmo instante, mesmo quando a nossa proposta já especificava Fabricante, Modelo, Part Number e todas as especificações suficientes no nosso entendimento para sanar qualquer dúvida.

Entendemos que é de interesse da administração pública adquirir a proposta mais vantajosa, trazendo economia ao erário público. O próprio TCU tem orientação contrária ao excesso de rigor e formalismo na habilitação em licitações em detrimento a aceitação da proposta mais vantajosa:

"Rigor formal no exame das propostas dos licitantes não pode ser exagerado ou absoluto, sob pena de desclassificação de propostas mais vantajosas, devendo as simples omissões ou irregularidades na documentação ou na proposta, desde que irrelevantes e não causem prejuízos à Administração ou aos concorrentes, serem sanadas mediante diligências. (Acórdão 2302/2012-Plenário)"

"É preciso evitar os formalismos excessivos e injustificados a fim de impedir a ocorrência de dano ao erário e valorizar a economicidade e vantajosidade da proposta. O TCU posiciona-se contra o excesso de formalismo. Em decisão anterior, por meio do Acórdão nº 2003/2011– Plenário, o ministro-relator Augusto Nardes destacou que as exigências para o fim de habilitação devem ser compatíveis com o objeto da licitação, evitando-se o formalismo desnecessário."

II – DO PEDIDO

De sorte que, com fundamento nas razões precedentemente aduzidas, requer-se o provimento do presente recurso, com efeito para que seja anulada a decisão anterior de inabilitar a empresa V & M NEGOCIOS EIRELI - ME, declarando a empresa V & M NEGOCIOS EIRELI - ME habilitada para prosseguir no pleito.

Outrossim, lastreada nas razões recursais, requer-se que essa Comissão de Licitação reconsidere sua decisão.

Nestes Termos
P. Deferimento

25 de Outubro de 2022
V & M NEGOCIOS EIRELI - ME
Rosane M. P. Teixeira
Administradora

Voltar